

LEGISLAÇÃO NACIONAL NO DOMÍNIO DO AMBIENTE

Principais diplomas legais em 2024

GENERALIDADES

- **Decreto-Lei n.º 16/2024**, de 19 de janeiro - Prorroga o prazo para inclusão nos planos municipais e intermunicipais das regras de classificação e qualificação de solo.
- **Despacho n.º 2062-A/2024**, 2º Suplemento, 2ª Série de 22 de fevereiro, do Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática - Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2024.
Alterado pelo Despacho n.º 15011-A/2024, Suplemento, 2ª Série de 19 de dezembro.
- **Despacho n.º 2718/2024**, 2ª Série, de 14 de março, do Gabinete da Secretária de Estado da Proteção Civil e Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente - Designa os membros da Comissão de Planeamento de Emergência da Água e Resíduos (CPEAR).
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-E/2024**, Suplemento, de 28 de março - Autoriza o Fundo Ambiental e a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., a realizar a despesa para assegurar os processos aquisitivos relativos ao desenvolvimento de uma campanha de sensibilização, informação e comunicação sobre resíduos urbanos.
- **Aviso n.º 5296/2024/2**, 2ª Série, de 13 de março - Registo Nacional das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas.
Declaração de Retificação n.º 279/2024/2, 2ª Série, de 15 de abril.
- **Aviso n.º 7885/2024/2**, 2ª Série de 15 de abril - Lista das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas com a inscrição ativa no Registo Nacional, até 31 de dezembro de 2023.
- **Portaria n.º 160/2024/1**, de 7 de junho - Regulamento do Sistema de Incentivos «Apoio ao Desenvolvimento de Uma Indústria Ecológica».
- **Despacho n.º 8335/2024**, 2ª Série, de 25 de julho - Cria o Grupo de Trabalho «REMPER Regulamento Europeu das Matérias-Primas Críticas» para proceder ao levantamento das necessidades de conformação da ordem jurídica interna com o Regulamento (UE) 2024/1252 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de abril de 2024.
- **Despacho n.º 15011-A/2024**, Suplemento, 2ª Série de 19 de dezembro, do Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia - Altera o Despacho n.º 2062-A/2024, de 21 de fevereiro, que aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2024.
- **Decreto-Lei n.º 114-A/2024**, Suplemento, de 26 de dezembro - Proceda à extinção, por fusão, da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente.
- **Decreto-Lei n.º 117/2024**, 30 de dezembro - Altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 122/2024**, de 31 de dezembro - Cria a Agência para o Clima, I. P.
- **Lei n.º 45-A/2024**, Suplemento, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2025.
- **Lei n.º 45-B/2024**, Suplemento, de 31 de dezembro - Lei das Grandes Opções para 2024-2028.

ÁGUA

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2024**, de 24 de janeiro - Classifica o Aproveitamento Hidroagrícola de Alvega como obra de interesse regional do grupo II.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024**, de 5 de fevereiro - Aprova o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).
Alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024, de 22 de agosto.

- **Despacho n.º 2229/2024**, 2ª Série, de 29 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Determina a prossecução do procedimento de elaboração do Programa Especial da Albufeira de Castelo do Bode (PEACB).
- **Despacho n.º 2230/2024**, 2ª Série, de 29 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Determina a prossecução do procedimento de elaboração do Programa Especial das Albufeiras do Baixo Sabor - escalão de montante e escalão de jusante (PEABS).
- **Despacho n.º 2231/2024**, 2ª Série, de 29 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Determina a prossecução do procedimento de elaboração do Programa Especial da Albufeira da Régua e Carrapatelo (PEARC).
- **Despacho n.º 2322/2024**, 2ª Série, de 4 de março - Determina a prossecução do procedimento de elaboração do Programa Especial da Albufeira de Crestuma-Lever (PEACL).
- **Portaria n.º 124/2024/1**, de 28 de março - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações nos polos de captação de «Santa Cruz», «Torres Vedras», «Ramalhal» e «Campelos», no concelho de Torres Vedras.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024**, de 3 de abril - Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024**, de 22 de abril - Aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2024**, de 21 de junho - Mantém o reconhecimento da situação de alerta na região do Algarve por motivo de seca e aprova um quadro de medidas de resposta.
- **Despacho n.º 7821/2024**, 2ª Série, de 16 de julho - Cria o grupo de trabalho para elaborar uma nova estratégia nacional para a gestão da água designada «Água que Une».
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024**, de 22 de agosto - Altera o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2024**, de 27 de novembro - Autoriza a realização de despesa e a reprogramação dos encargos plurianuais anteriormente autorizados com a empreitada de regularização do rio Arunca, no aproveitamento hidráulico do Mondego.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 211/2024**, de 30 de dezembro - Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal do Crato e adoção de medidas preventivas no âmbito do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (Barragem do Pisão).

AR

- **Decreto-Lei n.º 4/2024**, de 5 de janeiro - Institui o mercado voluntário de carbono e estabelece as regras para o seu funcionamento.
Declaração de Retificação n.º 15-A/2024/1, Suplemento, de 5 de março.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2024**, de 15 de março - Aprova o Plano de Ação para o Biometano 2024-2040.
- **Despacho n.º 3771/2024**, 2ª Série, de 8 de abril, do Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática - Cria a comissão técnica de acompanhamento do mercado voluntário de carbono prevista no Decreto-Lei n.º 4/2024, de 5 de janeiro.
- **Despacho n.º 9589/2024**, 2ª Série, de 21 de agosto, do Gabinete do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Gabinete do Ministro das Infraestruturas e Habitação e Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia - Cria o grupo de trabalho para a melhoria da qualidade do ar nas zonas ou aglomerações com excedências aos objetivos de proteção da saúde para o dióxido de azoto.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 134-B/2024**, Suplemento, de 11 de outubro - Estabelece as medidas respeitantes à Mobilidade Verde — Mercadorias.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 134-C/2024**, Suplemento, de 11 de outubro - Estabelece as medidas respeitantes à Mobilidade Verde.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2024**, de 28 de outubro - Estabelece o Roteiro Nacional para a Descarbonização da Aviação e determina que se proceda à criação de apoios à produção de combustíveis de aviação sustentáveis.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2024**, de 30 de outubro - Aprova a atualização do Plano Nacional Energia e Clima 2030, para efeitos de envio à Assembleia da República.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2024**, de 30 de outubro - Aprova o Programa de Eficiência de Recursos e de Descarbonização na Administração Pública para o período até 2030 (ECO.AP 2030), alterando a Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro.

- **Despacho n.º 13808/2024**, 2ª Série, de 22 de novembro - Designa os representantes para a comissão técnica de acompanhamento do mercado voluntário de carbono prevista no Decreto-Lei n.º 4/2024, de 5 de janeiro.

- **Decreto-Lei n.º 98/2024**, de 29 de novembro - Procede à **transposição** da Diretiva 2003/87/CE, com a redação dada pelas Diretivas 2008/101/CE 2009/29/CE, 2023/958 e 2023/959, estabelecendo o regime jurídico do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa no que respeita às atividades de aviação internacional.

- **Decreto-Lei n.º 101/2024**, de 4 de dezembro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril, que estabelece o regime jurídico do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa aplicável às instalações fixas, **transpondo** a Diretiva (UE) 2023/959.

IMPACTE AMBIENTAL

- **Decreto-Lei n.º 22/2024**, de 19 de março - Prorroga as medidas excecionais de simplificação dos procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis.

- **Despacho n.º 10854/2024**, 2ª Série, de 16 de setembro - Comissão de Acompanhamento Ambiental do Projeto de Construção da Linha Casa da Música — Santo Ovídio (Linha Rubi) da Rede do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto.

LITORAL

- **Despacho n.º 4034/2024**, 2ª Série, de 12 de abril - Determina a promoção da alteração do Programa de Orla Costeira de Ovar Marinha Grande (POC-OMG), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017, de 10 de agosto.

- **Portaria n.º 152-A/2024/1**, Suplemento, de 2 de maio - Procede, para o ano de 2024, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação como praia de banhos, onde é assegurada a presença de nadadores-salvadores.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2024**, de 16 de outubro - Aprova o Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para a subdivisão dos Açores.

- **Despacho n.º 14787/2024**, 2ª Série, de 13 de dezembro - Prorroga o prazo para conclusão do Programa da Orla Costeira Odeceixe-Vilamoura (POC-OV), incluindo a correspondente avaliação ambiental, por um período de 12 meses.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 191/2024**, de 18 de dezembro - Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., a realizar as despesas e a assumir os respetivos encargos plurianuais no âmbito da aquisição de bens, serviços e empreitada para a alimentação artificial de praia no troço costeiro a sul da Figueira da Foz (Cova-Gala — Costa de Lavos).

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 216/2024**, de 31 de dezembro - Autoriza a realização de despesa e a reprogramação dos encargos plurianuais relativos à empreitada das dragagens da zona superior da Lagoa de Óbidos.

PROTEÇÃO RADIOLÓGICA

- **Aviso n.º 41/2024/1**, de 23 de julho - Torna público que a União Europeia e Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM) notificou a sua denúncia do Tratado da Carta da Energia, feito em Lisboa, a 17 de dezembro de 1994.

- **Decreto-Lei n.º 69/2024**, de 9 de outubro - **Transpõe** as Diretivas Delegadas (UE) 2024/232 e (UE) 2024/1416, no respeitante a isenções aplicáveis à utilização de cádmio e de chumbo.

RESÍDUOS

- **Decreto-Lei n.º 24/2024**, de 26 de março - Altera os regimes da gestão de resíduos, de deposição de resíduos em aterro e de gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produto. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2024, de 17 de maio.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-E/2024**, Suplemento, de 28 de março - Autoriza o Fundo Ambiental e a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., a realizar a despesa para assegurar os processos aquisitivos relativos ao desenvolvimento de uma campanha de sensibilização, informação e comunicação sobre resíduos urbanos
- **Portaria n.º 150/2024/1**, de 8 de abril - Estabelece os critérios para diferenciação das prestações financeiras no âmbito dos sistemas integrados de gestão dos fluxos específicos de resíduos abrangidos pela responsabilidade alargada do produtor.
- **Decreto-Lei n.º 34/2024**, de 17 de maio - Altera o regime de licenciamento do sistema de depósito e reembolso de embalagens de bebidas não reutilizáveis, alterando o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, e o Decreto-Lei n.º 24/2024, de 26 de março.
- **Portaria n.º 713/2024/2**, 2ª Série, de 3 de outubro, do Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia e Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento - Autoriza o Fundo Ambiental a proceder à reprogramação temporal e financeira, com redução do apoio financeiro relativo ao Aviso n.º 06/2019, destinado à atribuição de incentivos financeiros a projetos na área da valorização de resíduos no contexto da transição energética, no período de 2021 a 2024.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2024**, de 29 de outubro - Aprova o Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho, para o período de 2024 a 2028 (PALM2028).
- **Despacho n.º 12876-A/2024**, Suplemento, 2ª Série, de 29 de outubro, do Gabinete do Secretário de Estado da Economia e Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente - Aprova o modelo de cálculo e determina os valores das contrapartidas financeiras pela recolha seletiva de resíduos de embalagem e triagem ou apenas pela triagem, a aplicar a partir de 1 de janeiro de 2025.
- **Despacho n.º 14013-A/2024**, Suplemento, 2ª Série, de 26 de novembro, do Gabinete do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e Gabinete da Secretária de Estado da Energia - Cria um grupo de trabalho com a missão de desenvolver o Plano de Emergência de Aterros e a estratégia a médio prazo no que diz respeito à gestão dos resíduos urbanos e não urbanos.

PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2024**, de 12 de novembro - Aprova o Plano de Ação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas — ECO360 (PA ECO360).

PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024**, de 15 de março - Aprova o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela.
- **Decreto-Lei n.º 123/2024**, de 31 de dezembro - Procede à extinção do prazo para que as delimitações da Reserva Ecológica Nacional se conformem com as novas orientações estratégicas de âmbito nacional e regional.

ECONOMIA E ENERGIA

- **Resolução da Assembleia da República n.º 4/2024**, de 10 de janeiro - Aprova, para ratificação, a denúncia, pela República Portuguesa, do Tratado da Carta da Energia incluindo anexos, decisões e ata final, e o Protocolo da Carta da Energia Relativo à Eficiência Energética e aos Aspetos Ambientais Associados, assinados em Lisboa, em 17 de dezembro de 1994.
- **Portaria n.º 40/2024**, de 5 de fevereiro - Procede à segunda alteração à Portaria n.º 244/2020, de 15 de outubro, a qual fixa a tarifa aplicável aos centros eletroprodutores que utilizam resíduos urbanos como fonte de produção de eletricidade em instalações de valorização energética, na vertente de queima de resíduos sólidos urbanos indiferenciados provenientes de sistemas de gestão de resíduos urbanos.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2024**, de 26 de março - Cria a Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030.
Alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2024, de 30 de agosto.
- **Despacho n.º 7100/2024**, 2ª Série, de 27 de junho - Regula a criação e o funcionamento dos Espaços Cidadão Energia.
- **Portaria n.º 239/2024/1**, de 2 de outubro - Estabelece os montantes das taxas a cobrar no âmbito do mercado voluntário de carbono pelas entidades supervisora e gestora da plataforma de registo.

- **Portaria n.º 240/2024/1**, de 2 de outubro - Define os critérios de qualificação para o exercício da atividade de verificador independente de projetos de mitigação de emissões de gases com efeito de estufa e identifica a entidade gestora do sistema de qualificação no âmbito do Mercado Voluntário de Carbono.
- **Portaria n.º 241/2024/1**, de 2 de outubro - Estabelece os requisitos gerais da plataforma eletrónica de registo do mercado voluntário de carbono.
- **Decreto-Lei n.º 116/2024**, de 30 de dezembro - Prorroga as medidas excecionais de simplificação dos procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis.

Atualizada em 31-12-2024